

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.867 - MG (2019/0300602-7)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : L E S G (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por L E S G contra acórdão proferido pela 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.088138-3/000.

Noticiam os autos que o recorrente foi preso em flagrante no dia 21-07-2019, por ter, supostamente, cometido os delitos previstos nos arts. 129, § 9º; 155, *caput*; e 163, inciso II, todos do Código Penal, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Nesta via, o recorrente alega ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que o acusado faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente, o provimento do recurso para que possa aguardar em liberdade o julgamento final do *mandamus* e, no mérito, seja revogada a prisão cautelar, deferindo-lhe o direito de permanecer em liberdade até o trânsito em julgado da ação penal, expedindo-se alvará de soltura.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fl. 94):

[...]

Ao contrário do que alega a impetrante, não se verifica, neste momento, nenhum constrangimento ilegal. A decisão com batida está fundamentada na garantia da ordem pública, principalmente na gravidade concreta dos fatos, em tese, praticados e no risco de reiteração delitiva do paciente.

Com efeito, assim como o juiz, entendo que a segregação cautelar do paciente é necessária diante da gravidade

Superior Tribunal de Justiça

concreta da conduta supostamente praticada por ele. Ressalte-se que a vítima foi agredida com chutes e socos. Além disso, o paciente, em tese, subtraiu uma televisão e ateou fogo nas roupas da vítima.

Não há falar, pois, em inidoneidade de fundamentação, um a vez que o STJ considera a gravidade concreta do crime fundamento apto a amparar a decretação da custódia cautelar para garantia da ordem pública, nos termos do seguinte acórdão:

[...]

Ademais, extrai-se da CAC do paciente que ele responde a dois outros processos, além de ter outras anotações (ordem 04).

Essas informações revelam, portanto, que as medidas cautelares diversas da prisão não são suficientes para garantir a ordem pública, principalmente porque há concreta possibilidade de que o paciente persista na prática criminosa caso seja posto em liberdade.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Superior Tribunal de Justiça

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

